

# REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA 5



REVISTA ELETRÔNICA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - SEÇÃO  
NITERÓI

ANO 3- JAN/JUN DE 2007

ISSN 1980-9018

## A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL DA CIDADE DE VOLTA REDONDA / RJ [1]

*The Ideology of the Sustainable Development in the Territorial Restructuration of the  
Volta Redonda City / RJ*

### I. INTRODUÇÃO:

A cidade de Volta Redonda é nacionalmente conhecida como “Cidade do Aço”, porque tem a peculiaridade de ser formada a partir de uma indústria – a Companhia Siderúrgica Nacional (C.S.N.) – de grande importância histórica no decorrer do processo de industrialização do Brasil. Tal empreendimento em um pequeno povoado predominantemente rural proporcionou um grande crescimento demográfico marcado pela segregação territorial entre o proletariado e o poder dominante, dando origem a conflitos por melhores condições de trabalho e sobrevivência.

As diferenças observadas no espaço habitacional também se refletiam na dimensão dos impactos ambientais, onde as classes trabalhadoras ficavam mais suscetíveis aos problemas referentes aos diversos tipos de poluição – ar, água, do solo, sonora etc. Afinal, a C.S.N. é uma siderurgia integrada [2], e por isso corresponde a um dos empreendimentos mais poluidores e causadores dos maiores danos ao meio ambiente.

Este quadro de problemas ambientais e sócio-econômicos desencadeou a elaboração de uma proposta de transformação a partir de uma reestruturação territorial, através da efetivação de ações e práticas. Diferentes atores sociais se esmeraram para a confecção de um plano estratégico, tendo base destacadamente no consenso global pós-ECO 92 [3], que colocasse em prática uma nova forma de regulação tanto das relações sociais quanto da própria utilização da natureza: era o começo da construção do projeto de Desenvolvimento Sustentável em Volta Redonda.

### O Autor

#### Leandro Dias de Oliveira

Doutorando em Geografia (UNICAMP) e Professor Substituto do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ)

### Resumo

O Desenvolvimento Sustentável desponta atualmente como novo parâmetro de organização econômico-social para todos os países (centrais e periféricos) baseado na proposta de uso racional dos recursos naturais para a satisfação das necessidades das gerações presente e futura. É de acordo com esta concepção delineada no documento denominado “Nosso Futuro Comum” e consolidada no acordo internacional intitulado Agenda 21 que a cidade de Volta Redonda vem baseando um recente processo de reestruturação

A concepção de Desenvolvimento Sustentável foi formulada a partir de conclaves internacionais como “inquestionável” proposta de resolução da proclamada crise ambiental. Sua definição alude à satisfação das necessidades presentes e futuras da humanidade, em um claro paradoxo ao sistema capitalista mundial, e torna-se então uma idéia “enigmática”, mas que vem cooptando inúmeros defensores e entusiastas.

Nesta seara, estudaremos primeiramente o significado de Desenvolvimento Sustentável, e sua construção no cenário internacional. Em seguida, voltaremos nossos olhares para o objeto empírico de nossa análise: a cidade de Volta Redonda. Por fim, debruçaremos sobre as impressões que este discurso vem proporcionando nesta reestruturação em curso na cidade, destacando suas potencialidades e limitações, e averiguando os reais interesses em sua consecução.

## II. A GÊNESE DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No ano de 2002, ocorreu em Joanesburgo, África do Sul, uma conferência internacional denominada “*Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável*” (conhecida também como Rio + 10). Seu objetivo foi prioritariamente a discussão sobre os caminhos percorridos para a consecução do propalado Desenvolvimento Sustentável (espécie de ajuste de ordem econômica/ecológica/social), com a reafirmação de um compromisso internacional – protocolado uma década antes –, de obediência aos ideais de um ambicioso e abrangente documento intitulado *Agenda 21* [4]. Assinado por representantes de 178 países, este tratado possui o duplo e simultâneo papel de *receituário* e *acordo* entre os signatários.

O Desenvolvimento Sustentável foi definitivamente celebrado na ECO-92, e representa o corolário de um processo iniciado em 1945, com o surgimento das preocupações ambientais modernas. Neste ano, a humanidade percebeu que o Homem, dentro de suas convicções de poder, guerra ou ambição, é capaz de destruir o mundo e toda a “raça humana” (HOBSBAWM, 1995, p. 30). Foi justamente a utilização de um monstruoso artefato de destruição – a bomba atômica – o grande marco referencial da preocupação mundial com o extermínio da natureza e, conseqüentemente, supressão de toda a vida na Terra (GONÇALVES, 2002, p. 264; MENDONÇA, 1998, p. 34).

Associada a esta impávida austeridade do Homem para com a natureza, havia a inquietude em relação à extinção dos recursos naturais, mediatizada pela abordagem de expressão conservacionista, cuja gênese nos remete ao século XIX com o pensamento de Pinchot. O

territorial. Formada a partir de uma usina siderúrgica – a C.S.N. – esta cidade é marcada por forte segregação social e constantes problemas ambientais. O Desenvolvimento Sustentável apresenta-se como um potente discurso capaz de reunir inúmeros defensores na cidade (como a prefeitura municipal, a C.S.N. recentemente privatizada e a sociedade civil) e fomentar a aparência de interesse comum. Destacamos o componente ideológico presente nesta concepção, que atende o ordenamento territorial hegemônico e de forma alguma serve como estratégia de transformação social.

### Palavras-Chave

Desenvolvimento Sustentável; Volta Redonda; Reestruturação Territorial.

### Abstract

Nowadays, the Sustainable Development blunts as a new economic-social pattern of organization for all the central and peripheral countries. It is supported in a reasonable use of the natural resources to satisfy the necessities of the present and future generations. In compliance with this inaccurate concept, delineated in the document called “Our Common Future” and consolidated in the international agreement entitled Agenda 21, Volta Redonda City (Brazil) is supporting a recent territorial restructuring. Volta Redonda was formed from a siderurgical plant – C.S.N. –

conservacionismo é uma concepção de uso adequado e criterioso dos recursos naturais, de forma racional e voltado para o benefício da “maioria dos cidadãos”. Lembremos que Pinchot trabalhava com a idéia de transformação da natureza em mercadoria, questionando *somente* o ritmo veloz da apropriação de seus recursos (DIEGUES, 1996, p. 29).

Estes ideais influenciaram os movimentos ambientalistas modernos, que surgiram no pós-guerra de forma autônoma e independente, travando uma luta contra a voracidade do lucro, o gigantismo industrialista e a apropriação descontrolada dos recursos naturais (MINC, 1985, p. 09). Mesmo em seus objetivos plurais, e caracterizado por lutas diversificadas, o movimento ambientalista despontou com uma mensagem central: *há limites para a relação sociedade-natureza* (GONÇALVES, 2002, p. 265).

O primeiro grande estudo que resgatou estas idéias conservacionistas e colocou definitivamente a destruição sistemática dos “recursos naturais” na pauta de discussões geopolíticas foi o “*Limites do Crescimento*” (1971), efetuado por um grupo de estudiosos, entre cientistas, educadores, economistas e industriais, que se reuniram em Roma para estudar os “problemas da humanidade” e suas “conseqüências para o futuro”.

O denominado Clube de Roma tinha como objetivo primordial trabalhar a problemática do aumento populacional e a pressão exercida por este crescimento na destruição dos ecossistemas e dos recursos não-renováveis (LEMOS, 1991, p. 04). Este estudo tinha tom pessimista e apontava como solução, sem catalogar procedimentos, a busca do equilíbrio global dentro de um capitalismo com menor aridez de seus resultados humanos e ecológicos.

Influenciada por este tom sombrio do “*Limites do Crescimento*” [5], que indicava um possível colapso da “(re)produção natural” e destacava a fome, a poluição e o crescimento demográfico como vilões da humanidade, ocorreu a Primeira Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente (1972), em Estocolmo (Suécia). A maior preocupação desta conferência foi criar uma coalizão internacional “para conter a poluição em suas várias formas” (EVASO, 1992, p. 94), e ainda estimular os governos nacionais para a criação de “políticas ambientais” que evitassem o agravamento da degradação ambiental ou restaurasse os padrões de qualidade de água, ar e solo. Já os recursos não-renováveis deveriam ser utilizados de forma a evitar que o perigo de seu esgotamento futuro e assegurar que toda a humanidade participe de tal uso. Esta discussão sobre o uso dos “recursos naturais” obedecia à lógica de manutenção da reprodução do capital, destacando-se o interesse de

and it is known by a strong social segregation and serious environment problems. The Sustainable Development presents as a powerfull speech, that is able to gather countless defenders in the city (the local government, the C.S.N. – that recently became private – and the civil society), and foments the illusion of a common interest. We bring out the ideological component presented in this view, that serves to the dominant territorial ordering and no way it serves as a social transformation strategy.

### **Keywords**

Sustainable Development; Volta Redonda; Territorial Restructuration.

obstruir o crescimento dos países ditos “subdesenvolvidos” e estimulá-los a seguir a cartilha dos países mais poderosos.

Entretanto, mal acabara a conferência onde se salientou a importância dos recursos naturais para a máquina capitalista, ocorreu um fato que motivou grandes preocupações para os Países Centrais: um enfrentamento com países periféricos, através do que conhecemos como *Crise do Petróleo*. Esta crise, causada pelo aumento dos preços e embargo árabe às exportações do petróleo ao Ocidente, ganhou proporções gigantescas, pois debilitou o consumo de energia e desestabilizou os mercados financeiros mundiais (HARVEY, 1992, p. 136). Ou seja, a decisão da OPEP de exigir valores mais elevados pelos recursos naturais de seus membros (CARVALHO, 1997, p. 112) criou uma nova intempérie na reprodução constante da relação internacional então existente: países periféricos não obedecendo ao pacto de sustentação e expondo a máquina econômica capitalista à perigosa falta da *natureza-combustível*. Destarte, a preocupação não poderia ser somente a obliteração da natureza enquanto recurso, mas também uma gestão protocolar dos recursos naturais dos países periféricos.

A Crise do Petróleo, que serviu para “sufocar” ainda mais o regime fordista (HARVEY, 1992, p. 136), ocasionou uma transição, nas décadas seguintes, para um modelo de acumulação flexível, proporcionando um grande avanço industrial e tecnológico sem maiores preocupações ambientais. A técnica e a ciência continuaram por subjugar a natureza em prol de grandes lucros, e então ocorreu uma aceleração contínua de efeitos que retratam um processo incontestável de “destruição” ecológica: desertificação, efeito estufa, destruição da camada de ozônio, desmatamento, poluição do ar, dos rios e mares, ameaças nucleares, lixo tóxico, enfim, a ascensão do discurso de “*Apocalypse Now*”, sob a denominação de “Crise Ambiental”.

O temor pelo esgotamento dos recursos naturais tornou-se, definitivamente, assunto de repercussão em discussões econômicas mundiais. Objetivando uma “solução” urgente para a “problemática” ambiental foi aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1983, a criação de uma equipe para trabalhar esta questão, com o nome de Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sob a presidência da primeira-ministra da Noruega *Gro Harlem Brundtland*. Esta comissão publicou o resultado de suas observações em 1987, sob o título de *Nosso Futuro Comum* ou *Relatório Brundtland*. O Relatório Brundtland define o Desenvolvimento Sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” [\[6\]](#)

(BRUNDTLAND, 1988, p. 46), ressaltando a necessidade de administração do crescimento populacional e o controle do esgotamento de recursos naturais.

A Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a CNUMAD-92 (ECO-92) ocorreu sob forte influência das conclusões deste relatório. Este conclave caracterizou-se pela celebração do Desenvolvimento Sustentável através de um compromisso político de cooperação entre todos os países da esfera terrestre (independentemente das contradições centro/periferia mundial). As estratégias principais foram relatadas na Agenda 21 – documento central do evento –, que corresponde a um extenso receituário de metas gerais para serem cumpridas por todos os “interessados” em alcançar o Desenvolvimento Sustentável. Mas este documento possui, em nossa análise, dois interesses centrais: [1] o ajuste dos mais diversos problemas ambientais visando a manutenção da relação centro-periferia, e [2] também a adaptação do capitalismo às possíveis dificuldades da regulação e extinção dos recursos naturais fundamentais à reprodução do capital. Intercedendo em diversas áreas, a Agenda 21 propõe a criação de políticas diretivas bastante abrangentes e a construção de documentos locais para melhor efetivação de seus pressupostos.

### III. O ADVENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM VOLTA REDONDA

A cidade de Volta Redonda, historicamente, é vista como estandarte-síntese (LOPES, 1993, p. 21) e símbolo (WIRTH, 1973, p. 95) da ideologia do desenvolvimento nacionalista de Getúlio Vargas, presidente brasileiro responsável pelo despontar do processo de transição de um modelo econômico agrário-exportador para o desencadeamento da industrialização (LASK, 1991, p. 08). Por isso, quando perfazemos um breve histórico da cidade de Volta Redonda, percebemos uma inevitável congruência com a história da C.S.N., criada em 1941 pelo governo federal, com o objetivo de abastecimento de insumos para infra-estrutura, funcionando como “alicerce” para o surgimento e expansão de indústrias de construção, bens de capital e bens de consumo [\[7\]](#).

Aonde existia um pequeno vilarejo, próximo a uma curva sinuosa do Rio Paraíba do Sul (responsável pelo nome da cidade), foi planejada uma cidade-modelo, que deveria marcar um padrão qualitativo das residências operárias e um modelo de gestão do território. O interesse do Estado era fazer de Volta Redonda uma experiência modelar, planejada pela burocracia tecnocrata, onde deveria ocorrer uma dominação muito bem explícita no território, com um planejamento residencial que

evidenciasse a hegemonia dos mais graduados na empresa (LASK, 1991, p. 28-30). Esse espaço disciplinarizado implicava na segregação espacial (bairros proletários em detrimento de bairros dos quadros superiores, bem policiados e isolados), com diferenças descomunais (MOREL, 1989, p. 137; LASK, 1991, p. 33).

Com a insuficiência da Vila Operária, na Cidade Nova, para responder por todas as necessidades habitacionais, surgiram outros bairros destinados aos trabalhadores, marcados pela escassez e pela precariedade. (SOUZA, 1992, p. 28). No período inicial da instalação da Siderúrgica, haviam grandes disparidades entre a Cidade Operária – onde situava-se a C.S.N. – e a parte denominada Cidade Velha (núcleo urbano externo à Cidade Operária), que não era contemplada pelo planejamento vigoroso empreendido pela empresa [8].

O crescimento da cidade ocorreu de maneira acelerada e proporcionou uma crescente desordem, com os problemas se acentuando paulatinamente. Já na década de 1950 surgiu a primeira “favela”: o Morro dos “Atrevidos”, que recebeu esta denominação pela ousadia e pioneirismo dos operários que não encontrariam outro expediente para estabelecer-se na cidade. Os problemas sociais, no que se referem à estruturação do território, se agravaram a partir da própria exploração proveniente do mundo do trabalho.

Se a C.S.N. foi a grande responsável pela configuração do urbano em Volta Redonda, não podemos esquecer de ressaltar que também é a mesma a grande protagonista dos problemas ambientais na cidade. As siderurgias são altamente impactantes sobre o meio ambiente, ocasionando poluição hídrica, atmosférica, sonora e do solo (LOMIENTO, 2002, p. 42). Estes problemas afetam toda a cidade de Volta Redonda, mas especificamente atinge de maneira mais direta as áreas habitadas pelas classes menos abastadas, onde os trabalhadores ficam mais suscetíveis aos problemas referentes à poluição oriunda da C.S.N. Como a constituição da cidade nova a partir da siderúrgica é toda do lado direito do Rio Paraíba do Sul, na outra margem, principalmente, surgem os bairros mais pobres sem planejamento adequado – como o caso do bairro Retiro – mais suscetíveis à poluição das chaminés (devido à direção costumaz dos ventos) e sem acesso às condições mínimas de sobrevivência.

O amálgama formado pela *segregação espacial*, onde a cidade tornou-se dividida em área planejada e área excluída, a *poluição ambiental*, em níveis exorbitantes devido à presença central da siderúrgica, e a *crise do mundo do trabalho*, cuja significativa atuação do

sindicato de metalúrgicos não impediu o enxugamento do quadro de trabalhadores da C.S.N., foi responsável por um longo período de crise em Volta Redonda. Este momento teve como corolário a privatização da C.S.N. em 1993, onde a empresa afastou-se definitivamente dos interesses locais (cessando os investimentos na administração urbana) e ainda reduziu, drasticamente, o número de proletários na usina. Volta Redonda, então, tornara-se *insustentável*.

Entendemos que a privatização da C.S.N. significou também a gênese do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda, pois a empresa foi obrigada, conforme o estipulado no próprio edital de privatização, a adotar um severo plano de gestão ambiental com investimentos milionários na diminuição da potência de seus impactos ambientais.

A partir de então, a poluição, que parecia naturalizada pela população local (LOPES, 2004), passou a ser vigorosamente combatida, e fomentou a criação de uma Agenda 21 local através de ato do prefeito municipal, em 1997. A Agenda 21 foi estimulada através de um evento ocorrido em 1997 intitulado “*Vamos Repensar Volta Redonda*”, onde se constituiu um fórum de debates entre associações de moradores, conselhos, sindicatos, ONG’s, Igreja, políticos locais etc., que elegeu sete eixos centrais de ação: Poluição Atmosférica, Recursos Hídricos, Lixo, Arborização Urbana, Trabalho e Renda, Educação e Cultura, Criança e Adolescente. A Agenda 21 Local sedimentou-se sobre a diversidade de interesses de uma cidade com necessidade de reconstrução.

#### **IV. O SIGNIFICADO TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM VOLTA REDONDA**

Antes de mais, é emblemático que a cidade escolhida como monumento-síntese do processo de industrialização nacional também seja uma das pioneiras na constituição de uma nova estratégia de combater, metodologicamente, os problemas provenientes da desordem ambiental propugnada pelo industrialismo. A expansão do industrialismo, destacadamente sob a égide do capital, criou uma série de problemas ambientais reais e potenciais que coloca em risco a sobrevivência do próprio modelo hegemônico, e também a existência humana.

Assim, nos últimos anos, a cidade de Volta Redonda tem sido palco de um grande catálogo de novas ações no território, empreendido por diferentes atores sociais, que vem alcançando resultados na implementação de estratégias concatenadas na construção do Desenvolvimento Sustentável em Volta Redonda, apresentando novas práticas, como destacadamente: [1] o sucesso na gestão ambiental da

C.S.N., que diminuiu de maneira contundente as poluições atmosférica, hídrica e do solo; [2] o desenvolvimento de projetos nas escalas local e regional visando a recuperação ambiental do Rio Paraíba do Sul; [3] a criação de um plano de saneamento ambiental urbano, que desencadeou uma melhor otimização da utilização do lixo, através de monitoramento e reciclagem por parte do poder público, [4] a arborização de áreas degradadas; [5] a realização de estudos sistemáticos sobre o perfil sócio-econômico dos habitantes de Volta Redonda, paralelamente à capacitação de mão-de-obra e o estímulo ao artesanato e produções de baixa tecnologia; e, por fim, [6] a implementação de uma nova estética urbana, com investimentos maciços em novos objetos urbanos, com destaque para o Estádio da Cidadania.

A cidade que serve de objeto empírico de nossa análise sempre foi reconhecida pela poluição ininterrupta das chaminés da C.S.N., pelo acúmulo de fuligem nas varandas de suas residências, pelos casos de leucopenia e outras doenças sangüíneas, assim como problemas pulmonares e alérgicos. A “Cidade do Aço” era, antes de tudo, uma cidade “doente”, que necessitava encontrar sua cura.

Este quadro de problemas sócio-ambientais supracitado resultou na elaboração de uma proposta de transformação a partir de uma reestruturação do território. Nesta alopatia urbana, o diagnóstico de Volta Redonda apontava a poluição ambiental como moléstia que atacava a qualidade de vida na cidade. Diferentes sujeitos sociais se esmeraram para a confecção de um plano estratégico, baseado no consenso global pós-ECO 92, que colocasse em prática uma nova forma de regulação tanto das relações sociais quanto da própria utilização da natureza, utilizando os preceitos do projeto de construção do Desenvolvimento Sustentável.

Dentro da esfera urbana, o marco inicial deste processo de reestruturação pode ser situado a partir do primeiro governo municipal após o tumultuado período da ditadura [9], exercido por Wanildo de Carvalho [10] (1989-1992). Este prefeito, que já participara em outra ocasião (1975) como técnico em um plano de desenvolvimento urbano não-efetivado, iniciou um processo, não tão profícuo, intitulado *Plano 2000*, que vislumbrava recuperar o orgulho dos moradores da cidade (LOPES, 1993, p. 205). Através de implementação de novos equipamentos urbanos, investimento em turismo, lazer, esportes e cultura, este plano buscou na mídia e promoção de eventos a transfiguração do antigo modelo “congelado” de cidade industrial. Como o modelo de cidade mantida por uma indústria estatal foi definitivamente quebrado com o processo de privatização da C.S.N., em 02 de abril de 1993, as Administrações Municipais esmeraram-se em criar uma nova

imagem para a cidade – “*cidade cidadã*”, “*cidade qualidade de vida*”, “*cidade sustentável*” – independente da usina.

Ou seja, com a desestatização, a C.S.N. passou a aplicar investimentos maciços em meio ambiente, adquirindo precipitadores eletrostáticos e fomentando a reciclagem de resíduos industriais, totalizando 130 obras e ações para com o meio ambiente até 1992 [11] (LOMIENTO, 2002, p. 23). Os reais interesses da C.S.N. em efetivar uma nova relação da produção siderúrgica com o meio ambiente podem ser relacionados à necessidade de adequação à nova ordem mundial, como uma imposição dos mercados para a certificação ambiental de uma produção mais limpa (LOMIENTO, 2002, p. 85). Na verdade, estes investimentos em meio ambiente são mais que medidas compensatórias para a cidade [12], mas fonte de novas oportunidades de negócios e ganhos na competitividade internacional para a empresa (LOMIENTO, 2002, p. 91). O Desenvolvimento Sustentável, para a C.S.N., é fonte inesgotável de lucros presentes e futuros.

E para a prefeitura, “órfã” dos investimentos diretos da C.S.N., a construção do Desenvolvimento Sustentável em Volta Redonda é parte integrante de uma reestruturação urbana que visa constituir uma nova imagem da cidade, englobando uma profunda reformulação estética no urbano. Esta transformação estética foi verdadeiramente empreendida no governo de Antônio Francisco Neto (1997-2004), quando a cidade recebeu um grande investimento no embelezamento de praças, viadutos e avenidas, além de um grande plano de trabalho que buscou deslocar o epicentro da “cidade-usina” para uma cidade baseada na cidadania, no que se refere à saúde, esporte, lazer e qualidade de vida [13]. A “forma urbana” tem sido apontada como um fator determinante da sustentabilidade (ACSERALD, 1999, p. 85), e a paisagem tem profunda relação com os símbolos do discurso ideológico (MOREIRA, 1993, p. 51), de maneira que as políticas urbanas simbolizaram o novo ordenamento em curso.

Assim, o Desenvolvimento Sustentável, para a Prefeitura Municipal de Volta Redonda, é parte integrante da reestruturação territorial em curso, em substituição ao antigo e insuficiente modelo de cidade operária, e por isso compreende políticas públicas de saneamento das necessidades básicas com grande valor agregado de marketing urbano. O Desenvolvimento Sustentável também é um discurso político ideológico de legitimação, e fator de cooptação das classes trabalhadoras órfãs do paternalismo outrora presente na cidade.

Logo, a sanção da lei que cria o programa da Agenda 21 Volta Redonda (1997) foi ponto importante na conjunção de interesses envolvidos na articulação do Desenvolvimento Sustentável. A partir da reunião intitulada “*Vamos Repensar Volta Redonda*”, diferentes instituições, como a própria C.S.N. e outras indústrias (como a White Martins S.A), os sindicatos de engenheiros e o de metalúrgicos, associações comerciais, conselhos e outros órgãos municipais, universidades, organizações ecológicas locais e regionais, a cúria diocesana e mesmo partidos políticos formaram uma coalizão em favor do Desenvolvimento Sustentável. O trabalho deste fórum passou a envolver diferentes atividades, desde o monitoramento e o diagnóstico ambiental até mesmo a execução de reuniões abertas à comunidade e a divulgação de resultados nos meios locais de comunicação.

Esta grande quantidade de instituições e associações envolvidas em prol de um só objetivo – conforme anteriormente relacionado, bastante impreciso e tendencioso, cuja origem remete aos grandes estudos e conclaves internacionais – faz o Desenvolvimento Sustentável parecer uma idéia unânime e irrefutável, em condições de propiciar um conjunto de intenções objetivando o bem comum. Mas ao contrário, este não representa mudança estrutural, pois mantém os mesmos problemas agora suavizados e maquiados pelo capital ou poder público, impingindo à sociedade um falso ideal comum que a afasta de lutas efetivas por transformação social. O Desenvolvimento Sustentável, além de paliativo ambiental, oferece um potente discurso ideológico que beneficia o re-ordenamento territorial hegemônico. As questões ambientais na cidade de Volta Redonda são deveras pertinentes, mas com este conjunto de práticas territoriais acabam eclipsando outras necessidades reais oriundas dos anátemas sociais em uma cidade com singular segregação espacial.

Logo, percebemos que um uma concepção nascida no âmago do pensamento dominante consegue amalgamar interesses difusos na cidade de Volta Redonda. Destacamos, então, o componente ideológico do Desenvolvimento Sustentável, no que se refere tratar-se de uma consciência falsa da realidade, capaz de mascarar as contradições da luta de classes e ainda manter esta dominação, não permitindo que a classe dominada perceba que esta ideologia tem sua gênese na classe dominante (CHAUÍ, 1982, p. 87). Isto porque a cidade de Volta Redonda, que já foi palco de lutas sindicais e greves marcantes, hoje conhece um discurso pronunciado em uníssono da construção do Desenvolvimento Sustentável. A divulgação maciça da Agenda 21 – Volta Redonda para as redes municipais de ensino fundamental e médio como conteúdo de educação ambiental interdisciplinar parece já inculcar a idéia de Desenvolvimento

Sustentável nas gerações futuras como bula de redenção sócio-ambiental da cidade e, por que não, de todo o mundo.

## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Sinteticamente, conforme já assinalamos anteriormente, a construção do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda significa: [1] Um conjunto de práticas espaciais integrantes do processo de *reestruturação territorial* em curso, já que compreende a implantação de novos objetos (áreas de proteção ambiental, estações de tratamento de água e esgoto, reflorestamento, instalação de fábricas ecologicamente corretas, entre outros) e novas ações (cursos de artesanato e jardinagem, gestão ambiental das empresas, reciclagem, arborização, educação ambiental ostensiva etc.); e [2] Uma nova *ideologia* capaz de agregar interesses difusos e eclipsar as dissonâncias de classe, que oculta sua gênese nas necessidades da C.S.N. de promover sua gestão ambiental e do Poder Municipal de recriar a cidade, promovendo a impressão de ser conseqüência dos debates travados no âmbito de eventos específicos da sociedade local.

Por conseguinte, da mesma forma que o desenvolvimento nacionalista representou amplas melhorias para a cidade o Desenvolvimento Sustentável também o faz atualmente, com a revalorização da natureza e diminuição das mazelas ambientais. A execução de um arremedo de cidade industrial inspirada na obra de Tony Garnier também se repete na adaptação de um modelo de *cidade sustentável* que não modifica a segregação territorial existente. Ademais, o sentimento de coalizão dos trabalhadores da cidade na construção de um país moderno e industrial agora corresponde, analogamente, ao interesse comum de consecução de um mundo melhor e ecologicamente saudável.

Assim, novos questionamentos surgem: Quais os limites da construção do Desenvolvimento Sustentável em Volta Redonda? Quais as restrições futuras para os benefícios sociais alcançados por este novo modelo que não modificou circunstancialmente a segregação presente no território? Até quando a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável será capaz de conciliar diferentes interesses em uma cidade historicamente marcada pela luta?

Ruy Moreira (1987, p. 145) garante que o “processo de crítica é o primeiro grito por uma transformação”. Esta é a proposta central que aqui definimos. Assim, no preâmbulo da Agenda 21 (2001, p. 09), lemos que o seu objetivo é “preparar o mundo para os desafios do próximo século”, “em uma associação mundial para o Desenvolvimento Sustentável”. De forma alguma entendemos este modelo de

desenvolvimento como instrumento de transformação social. Além do mais, o fatalismo desta *agenda* e dos documentos que pretendem consubstanciar um *futuro comum* parece querer inculcar na população mundial a idéia de que somos todos pacientes da história (lembrando as palavras de Marilena Chauí [1982, p.125]), e não seus sujeitos, capazes de construir e transformar a realidade social e ambiental.

## VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. ANPUR, nº1, maio, 1999, p. 79-90.

AGENDA 21. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **A Agenda 21**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. 598 p.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - 1988. **Nosso Futuro Comum** (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. 430 p.

CANDIDO, Flávia Aparecida de Rezende Castro. **Agenda 21 de Volta Redonda**: Trabalho de Educação Ambiental em parceria com escolas do município, 2001. 36 f. Monografia (Especialização em Planejamento e Gestão Ambiental) – Coordenadoria dos Cursos *Lato Sensu*, Universidade Serverino Sombra, Vassouras / RJ, 2001.

CARVALHO, Pompeu F.; MAURO, Cláudio A.; COSTA, José L. R. A Questão Ambiental Demandando uma Nova Ordem Mundial. In: SOUZA, Maria Adélia A.; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, Mônica (orgs.). **O Novo Mapa do Mundo**. Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 111-118.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia** (9.<sup>a</sup> Edição). São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. 127 p.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo, HUCITEC, 1996.

EVASO, Alexander S. BITTENCOURT Jr., Clayton; VITIELLO, Márcio A.; NOGUEIRA, Sílvia M.; e RIBEIRO, Wagner C. Desenvolvimento Sustentável: Mito ou Realidade? In: **Geografia, Política e Cidadania**. Terra Livre, n.º 11-12. São Paulo: AGB, 1992, p. 91-101.

GONÇALVES, Carlos W. P. **Os Limites do “Limites do Crescimento”**: Contribuição ao Estudo da Relação Natureza e História, 1985. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

———. A Invenção de Novas Geografias. In: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo. **Território Territórios**. Niterói / RJ, UFF/AGB, 2002, p. 257-283.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Loyola, 1992. 349 p.

GRANDE, Luís Antônio Braga. **Um Projeto de Sustentabilidade para Volta Redonda**: Elaboração e Implementação da Agenda 21 Local, 1999. 43 f. Monografia (Especialização) – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

HOBBSBORN, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX: 1914-1991**. São Paulo, Paz e Terra, 1995. 598 p.

LASK, Tomke Christiane. **Ordem e Progresso**: A Estrutura de Poder na "Cidade Operária" da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (1941-1964), 1991. 234 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

LEMOS, Haroldo M. de. O Homem e o Meio Ambiente. In: FÓRUM UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, **Anais**. Rio de Janeiro, Fundação MUDES, Universidade Federal Fluminense, 1991, p. 3-12.

LOMIENTO, Keitt Passos do N. **Degradação e Preservação do Meio Ambiente**: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional, 2002. 140 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

LOPES, Alberto da Costa. **A Aventura da Cidade Industrial de Tony Garnier em Volta Redonda**, 1993. 235 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LOPES, José Sérgio Leite. A Ambientalização dos Conflitos em Volta Redonda. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004, p. 217-244.

MOREIRA, Ruy. O racional e o simbólico na Geografia. In: SOUZA, Maria Adélia A.; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, Mônica (orgs.). **O Novo Mapa do Mundo**. Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica. São Paulo, HUCITEC, 1993, p. 46-55.

MOREIRA, Ruy. **O Discurso do Averso** (E para a Crítica da Geografia que se Ensina). Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1987.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia e Meio Ambiente** (3.<sup>a</sup> Edição). São Paulo: Contexto, 1988. 79 p.

MINC, Carlos. **Como Fazer Movimento Ecológico e Defender a Natureza e as Liberdades**. [Coleção Fazer – N.º 11]. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. 100 p.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. **A Ferro e Fogo: Construção e Crise da "Família Siderúrgica": O Caso De Volta Redonda (1941-1968)**, 1989. 506 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 1989.

SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. **Pelo espaço da cidade: Aspectos da Vida e do Conflito Urbano em Volta Redonda**, 1992. 215 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

WIRTH, John D. **A Política do Desenvolvimento na Era Vargas**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973. 216 p.

## Notas

[1].O presente trabalho foi extraído da pesquisa desenvolvida durante o curso de Mestrado em Geografia da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob a orientação do Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus, com o título de “A Construção do Desenvolvimento Sustentável na Cidade de Volta Redonda: Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia”, e recebeu o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

[2].Siderurgia integrada é aquela que perfaz todo o processo de produção do aço na própria usina (utilizam alto-fornos, sinterizadores e coqueiras, que preparam o minério de ferro e o carvão), ao contrário das semi-integradas, que realizam apenas parte do processo, a partir de sucata de ferro.

[3] ECO-92 é como ficou conhecida a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A escolha da realização desta conferência no Brasil pode ser relacionada à existência, em seu território nacional, de um suntuoso patrimônio natural de valor inestimável no presente e para o futuro – a Amazônia, que desperta as atenções internacionais para sua preservação ou uso racional.

[4] A Agenda 21 é o documento, em forma de receituário global, assinado na Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro – Brasil / 1992, que indica um elenco de estratégias a serem efetuadas na construção do Desenvolvimento Sustentável.

[5] Para um estudo mais detalhado do “Limites do Crescimento”, consultar: GONÇALVES, Carlos W. P. **Os Limites do “Limites do Crescimento”**: Contribuição ao Estudo da Relação Natureza e História, 1985. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985. (133 p.)

[6] Como sabemos, o sistema capitalista, de forma alguma, se preocupa com as necessidades humanas presentes e, tampouco, futuras. A necessidade real neste sistema político-econômico é a constante obtenção de lucros.

[7] Os fatores para a escolha federal estiveram pautados na abundante disponibilidade de água doce proporcionada pelo Rio Paraíba do Sul, pela facilidade da obtenção de mão-de-obra e a existência da Estrada de Ferro, que garantiria o transporte das matérias-primas e produtos (SOUZA, 1992, p. 09). Além destes fatores, esta localidade era eminentemente estratégica, pois estava situada bem próxima aos principais mercados consumidores do país, Rio de Janeiro e São Paulo (FONTES e LAMARÃO, 1986 *apud* LOMIENTO, 2002, p. 12).

[8] Sobre o plano urbano, desenhado a partir de utopias socialistas, e efetivado como uma farsa deste modelo, consultar: LOPES, Alberto da Costa. **A Aventura da Cidade Industrial de Tony Garnier em Volta Redonda**, 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. (235 p.)

[9] Durante grande parte do período da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), o prefeito de Volta Redonda era um interventor indicado diretamente pelo Presidente da República, já que a cidade é declarada de interesse nacional em 1973.

[10] Wanildo de Carvalho era o vice-prefeito na chapa de Juarez Antunes, que morreu antes de assumir em um acidente automobilístico no trajeto de Brasília para Volta Redonda (LOPES, 1993, p. 195)

[11] Segunda K. Lomiento (2002, p. 61), os gastos da C.S.N. com as obras de ajustamento ambiental alcançaram a quantia de aproximadamente R\$ 228 milhões até fevereiro de 2002, totalizando perto de 10 % do total de investimentos realizados pela empresa.

[12] Estão relacionadas no próprio endereço eletrônico da empresa ([www.csn.com.br](http://www.csn.com.br)) algumas medidas compensatórias do Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental da C.S.N., como a duplicação da capacidade da Estação de Tratamento de Água Potável de Volta Redonda, no bairro Belmonte, a doação o terreno para a construção da Estação de Tratamento de Esgotos Domésticos e a construção de um Aterro Sanitário para o lixo da cidade.

[13] Este esforço de afastar a Usina Siderúrgica de símbolo central da cidade têm sido alcançado após a construção do moderno Estádio da Cidadania, assunto comum na mídia, que sediou jogos de grandes times de futebol do Rio de Janeiro, e ficou ainda mais em evidência com o sucesso do time local no campeonato estadual de 2005, que possui o mesmo nome da cidade.